

## REUNIÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICA – COMPUR

A Reunião Ordinária do **COMPUR** no dia 26 de novembro de 2015 teve a seguinte palestra e apresentador:

Tema – **Implementação do Tempo Integral e Reorganização da Rede Municipal de Ensino**

Palestrante: **Eduardo Pádua**

Gerente de Projeto, da Secretaria Municipal de Educação – **SME**

**Conselheiros:** Marco Antonio Barbosa (**SENGE**), Celso Luis Gerbassi Ramos (**SEAERJ**), José Schipper (**CLUBE DE ENGENHARIA**), Armando Ivo de Carvalho Abreu (**CAU/RJ**), João Carlos B. Brasil (**FAFERJ**), Paulo Fernandes (**SMO**), Cristina Barreto (**SMH**), Antonio Luis B. Correia (**SMU**).

Participantes: Andréa Pulici, Danilo Moura (**IPP**), Christiane dos Santos Oliveira (**SMU**), Gabriela Morena (**SME**), Ricardo Lafayette (**CMRJ**).

Antonio Correia (**SMU**), abre a palestra falando da relevância do Tema “Educação”, (apesar do quorum baixo), se reporta às apresentações do início do ano, em que foi abordado o IDS da cidade, depois relembra outra palestra, sobre mercado imobiliário, em que demonstrava a concentração das áreas de maior crescimento, e hoje tem uma relação que é muito importante, que é a questão da Educação: onde as demandas existem intensamente, e que decorre muito de onde o mercado está produzindo, e onde as nossas crianças estão indo. - Isso nos leva a uma situação curiosa, pois estamos na fase final de bônus demográfico, e tem muito a ver com o que vai ser falado aqui hoje, pois se você melhora a qualidade de ensino, você ainda pega essa população, ainda jovem, ativa, que logo vai entrar no mercado, e você ainda consegue ganhos nesse bônus demográfico, que vai terminar em breve. A população do Rio está envelhecendo muito rapidamente, aliás, isso acontece no Brasil inteiro. Por isso, convidamos a Secretaria de Educação, na representação do Eduardo Pádua, para nos falar como está sendo pensado o “Turno Único”, e outras políticas da própria Secretaria.

**Eduardo** inicia sua apresentação agradecendo o convite, fala da sua formação (sociólogo), diz que sua primeira iniciativa na Prefeitura foi no início de 2010, coordenando o projeto “Espaço Movimento Infantil”, que visava a ampliação de creches no município da cidade do Rio de Janeiro. Em 2012, foi convidado pela Secretária de Educação – Cláudia Coutinho, para fazer o planejamento de transformar a Rede Municipal de Ensino do Rio de Janeiro, em tempo integral. Então, a partir de outubro de 2012, as construções de EDI's foram incorporadas a um planejamento maior, que é a transformação da rede em tempo integral. Apresenta alguns números considerados, dando assim uma dimensão do tamanho da rede:

1.500 escolas;

42.000 professores;

18.000 profissionais de apoio;

650.000 alunos.

Tínhamos uma transformação funcionando, a maior parte, em tempo parcial. Um turno único nessa conta, em sete horas, significaria mais que dobrar a rede. O que a gente fez,

foi desenvolver uma metodologia junto com as Regionais, junto com a ponta, de como deveríamos fazer isso. Estamos desenvolvendo esse trabalho desde de outubro de 2012. Podemos destacar que tivemos a forte participação do IPP, como também de outras Secretarias, tendo em vista ser um planejamento que envolve a cidade inteira. Eduardo passa a contar como foi feito esse planejamento: A expansão do tempo integral vinha acontecendo desde 2010, mas que a partir de 2012, com novo planejamento estratégico, ele exige um novo planejamento. Destaca que existem dois movimentos acontecendo na Rede ao mesmo tempo: Reorganização das Unidades em segmentos, ou seja, hoje temos escolas que abarcam a Pré-escola até o 9º ano (às vezes até o maternal). Em síntese, o que estamos fazendo é reorganizando as unidades em segmentos, quer dizer: teremos uma Unidade pra Educação Infantil (EDI's), um Primário (recuperamos o nome primário), e um Ginásio. Não teremos mais uma escola com todos os segmentos. Cita o exemplo de São Paulo, que apesar de ter gostado dessa idéia, o fez de maneira abrupta, por não ter ouvido a comunidade, e que nós estamos, inclusive, ouvindo as escolas, e sabemos que temos que negociar ainda mais. Diz que temos perto de 1500 escolas, e temos que oferecer todos os segmentos próximos às famílias. O segundo movimento: passar as escolas de horários parcial de quatro horas e meia, para sete horas. Prosseguindo, ele diz que essa expansão em tempo integral feita até 2012, foi seguindo uma outra lógica, pois na verdade eram três os mecanismos para transformação de escolas em tempo integral:

- Conversão do modelo de horário integral para turno único;**
- Transformação das escolas com espaços ociosos;**
- Modelos Experimentais - Ginásios e EDI's (já segmentados)**

Eduardo observa que isso foi feito até 2012, e que não seguia uma lógica territorial. O novo Plano Estratégico, entre 2012/2016, o Prefeito estabeleceu uma meta de 35% de alunos em tempo integral, então para alcançar esse objetivo tinha que ser feito novo planejamento. Não existia mais estoque de vagas ociosas suficientes para transformação do modelo anterior, sendo necessário refazer o planejamento para alcançar essa meta. A seguir, Eduardo apresenta tabela correspondente ao número exigido pelo Plano Estratégico, e o que corresponde em termos de matrículas – 227 mil alunos. (ver tabela em apresentação).

**Sobre Reorganização em Segmentos** - Vamos ter os EDI's – creche, pré-escola -, sempre dimensionando Educação Especial (está em todos os segmentos).

Primário – 1º ao 6º ano. Eduardo explica que o sexto ano é uma inovação do Rio de Janeiro, segundo ele, está sendo testada desde 2011, e descobriram que os alunos de 11 anos, que são expostos a vários professores, o desempenho tende a cair. Ocorre o contrário quando eles estão com professor generalista (aquele que vai do 1º ao 5º), o desempenho é melhor, e são mais preparados aos 12 anos, para chegar a vários professores, pois é ali que existe a separação de disciplinas como: geografia, história etc.. Esse foi o motivo maior pelo qual testamos o 6º ano junto com o primário, percebemos que os resultados são melhores. Eduardo informa que, por enquanto, está em caráter experimental, mas, que pretendemos que se torne Lei – que todo 6º ano seja junto ao primário, e não ao ginásio.

Quanto ao Ginásio – crianças entre 12 e 15 anos, que tenha uma escola toda voltada no seu ambiente de 7º e 9º ano, com educação especial, e, nós temos ainda a educação de jovens e adultos, que achamos melhor ser alocados em escolas onde as carteiras sejam maiores, o espaço seja melhor. Imaginamos que ao longo do tempo, a educação de jovens e adultos fique fisicamente alocada no Ginásio.

### **Vantagens do modelo**

Mais foco do trabalho pedagógico e especialização dos professores: você vai ter professores especializados (nos casos, infantis). Criamos um cargo novo para essas etapas de desenvolvimento da criança: os PEI's, Professores de Educação Infantil, especializados em educação infantil:

P2 – Professor generalista focado na alfabetização e consolidação da alfabetização no Primário.

P1 - Professor especialista no Ginásio, voltado para os jovens.

Hoje, nós temos vários modelos que envolvem professores de regimes diferentes, de carga horária diferente, e isso pra encaixar horário é muito complicado. Tem professor que não consegue completar sua carga horária, fica pulando de escola em escola. Com esse modelo, organizamos de alguma forma a Rede. Com isso, também, conseguimos uma infraestrutura do prédio adequado a cada fase do desenvolvimento. No modelo anterior ocorria um grande problema com essas escolas: mudavam o atendimento de um ano para o outro. O material que se comprava, como carteira para crianças de Primário, muitas vezes não tinha otimização delas. Então, com nossa gestão de controle de material entregue, vai ser muito mais facilitado na otimização desse material, que a gente usa, e vai ser muito mais fácil acompanhar essas escolas. Uma outra vantagem a ser observada, segundo Eduardo, é que vai ser possível (finalmente) organizar melhor a vida do nosso professor numa única escola, evitando, assim, que ele tenha desperdício de tempo, tendo uma vida mais organizada. Imaginamos que esse modelo de organização em segmentos, além de garantir o atendimento de todos os segmentos pra família, vai dimensionar o atendimento de todas as crianças, pois vai ter a oferta das três etapas perto de casa, sem ter que se deslocar para outro lugar como antigamente, essa é a lógica que está por trás desse modelo.

### **Sobre Metodologia de Territorialização**

Eduardo destaca as várias formas, e modelos, que buscaram antes, até achar a melhor definição. Cita que tentaram por área de influência, mas que não funcionou porque as linhas eram difusas. Depois, tentaram por território das Clínicas da Família, e que não deu certo, pois, diferente da Educação, os clientes não vão todos os dias. Depois, dependendo do espaço físico da Clínica, eles colocam números de equipes que só repassam, se for em grupo de família, ou seja, a abrangência deles depende do tamanho da Clínica. Entre tentativas e erros, Eduardo diz que chegaram a uma solução – teriam que saber qual o tamanho do território ideal que pudesse abranger todo mundo, e qual seriam o tamanho de sala ideal para que todo aluno tenha seu fluxo escolar perto de casa. Para chegar a um número ideal, pegamos a matriz curricular de 7hs, partindo daí, buscamos saber quantas salas precisávamos em cada segmento, para uma melhor organização da vida do professor. Para que ele trabalhe apenas em uma escola foi feita uma relação de: carga horária + matriz curricular, e o número de salas. Eduardo diz que antes a Riourbe entregava uma escola no projeto padrão de 13 salas. Não combinava com a carga horária do professor, nem com os segmentos que a escola atendia, fato é que isso nunca tinha sido pensado antes, enfatiza Eduardo.

A partir da matriz nós definimos o tamanho das unidades, e encontramos o tamanho do território, donde concluímos que EDI ideal deveriam ter 12 salas, o primário 24 e o ginásio 24. Com esse cálculo chegamos a conclusão que o território deveria ter 36 salas de Educação Infantil, 48 de Primários e o Ginásio, 24 salas. Claro que partimos de uma rede existente e não vamos destruir escolas. Sabemos que existem escolas de todo o tamanho e não vamos destruir para construir depois, ao contrário, vamos construir o tamanho ideal, observando em cada micro área, em cada território, quantas salas nós já temos, e

construirmos o déficit, ou seja, o que faltar para o tempo integral. Assim, estaremos ajustando as escolas existentes, com a melhor forma de alocar o professor, até chegarmos no total de salas já definidas. Para um melhor entendimento, o que fizemos foi: partindo da matriz, definimos as unidades, a partir do tamanho das unidades, definimos o território, e com esse território definido, nós dividimos a cidade em 232 micro áreas. Em cada micro área deveria ter dimensionado esse mesmo número de unidades, para atender a todos que moram naquela região. Esse é o resultado do trabalho de 3 meses em parceria com o IPP. Eduardo informa que o fluxo regular dos alunos exige que tenhamos em cada território com idades de 6 a 11 anos – 1440 alunos que demandam a Rede Pública. (Ver tabela em apresentação)

### **Distribuição das unidades na área**

Eduardo apresenta uma tabela do que seria um território ideal (mas diz que isso não existe), onde as EDI's deveriam estar mais afastados, mais próximos às famílias, devido aos meios de facilidade em relação à locomoção com crianças pequenas, então deveriam estar mais afastadas do Centro, ou mais próxima da Comunidade, exemplificando ficaria assim:

Primário – pouco mais centralizados, pois as crianças já devem andar mais sozinhas;

Ginásio - as crianças já podem ir sozinha, então poderia estar mais no centro do território. Essa distribuição espacial das unidades do segmento, que ele vai atender no futuro, era o aspecto fundamental para a organização do território. Destaca a parceria com a Secretaria Estadual responsável pelo ensino médio, para que eles possam construir as escolas de ensino médio próximo aos nossos Ginásios, aí os nossos alunos passariam a estudar nessas escolas.

Eduardo observa que ainda tem casos de escolas compartilhadas com o Município, ou seja, o aluno já estuda ali, continuaria a estudar na mesma escola à noite. O que nós tentamos fazer com essa reorganização foi arrumar a casa. Deixar pra cidade, a oferta de todos os serviços próximos de todas as famílias, e de uma organização lógica territorial.

### **Divisão da Cidade em 232 áreas**

Por meio de um mapa com áreas divididas, informa que utilizou as informações das divisões que o IPP (Instituto Pereira Passos) já tinha incluído, mas também ouviu muitas regionais pra entender o fluxo, como funcionava a organização no local. Às vezes tínhamos informações das diretoras que influíam na mudança do território, e com essas informações fomos ajustando o desenho até encontramos o equilíbrio que chegasse a um bom desenho. Eduardo faz uma observação: - Foram respeitadas todas as barreiras físicas, pois ninguém queria um território cortado pela Av. Brasil, ou Linha Vermelha, rios e montanhas, isso tudo foi mapeado junto com o IPP, e depois com as CRE's, analisando as barreiras físicas, elas foram adequando o desenho para respeitar o fluxo já natural daquela região.

### **Sobre critérios de seleção das áreas prioritárias**

Uma vez que a micro área é definida, toda ela passa a atuar de forma integral. Com isso, constrói-se uma escola no local, suprimindo seu déficit, necessário pra que todas as escolas funcionem em horário integral. Eduardo explica os critérios adotados a partir de então:

**Áreas com crescimento populacional** – porque nas áreas onde não tem esse crescimento, as escolas que estão instaladas lá, ao longo do tempo darão conta da transformação integral, dado que a gente está corrigindo, o nosso fluxo entre alunos menos reprovado na rede pública menos densa, e existe uma transição demográfica. Muitas vezes esse crescimento é induzido pela própria Prefeitura através de programas

sociais, como “Minha Casa Minha Vida” , programa de transporte de massa, estamos levando infraestrutura para outras áreas da cidade. Zona Oeste é onde mais cresce a cidade.

**Integração com outras ações da Prefeitura** – Por isso outras secretarias participaram ativamente nesse planejamento junto a Educação.

**Terrenos da prefeitura** – Ter mais de 80% dos terrenos próprios necessários para as novas unidades, ou municipais, pelo menos público, que a gente tivesse controle sobre eles. Sempre priorizando em áreas mais vulneráveis, sendo o critério de renda abaixo de R\$ 900,00 (novecentos reais). Quanto às praças, ele diz que dentro do possível evitaram ao máximo de utilizarem praças, mas às vezes por falta de escolhas, tiveram que usar. Em seguida são apresentados slides com todo fluxo de trabalho, tendo o IPP (Instituto Pereira Passos) e “Hub” de informações de diversas Secretarias. Cita as reuniões semanais com esses órgãos, onde destaca suas atuações em conjunto, todo mundo envolvido, e que juntos levaram ao Prefeito a lista de terrenos. (Ver tabela em apresentação).

Ao longo do processo, alguns terrenos tiveram que ser alterados, diz que houve um grande acompanhamento, alguns tiveram que mudar mesmo depois de licitação, às vezes por questão técnica, ou por uma série de questões, enfim que não é um problema fácil, mas conseguimos agendar essa reunião com o Prefeito, em 29 de março de 2013, e finalmente fechamos a lista do primeiro lote de licitação das escolas, fechando todos os terrenos agora. Repete: é um trabalho muito difícil, não é trivial achar terrenos na cidade, conclui.

Eduardo chega ao resultado final das 31 áreas prioritárias, destacadas em um mapa, para iniciar os trabalhos até 2016. Destaca o adensamento populacional, e mais o déficit de salas, usadas como critérios, e que vão ser implementadas em tempo integral. Faz uma observação sobre a Maré: toda ela será em tempo integral, ao todo serão 19 escolas novas, e mais as 30 já existentes. Enfim, toda Zona Oeste, onde a cidade cresce mais, as primeiras unidades serão implementadas. Essa previsão final de 136 novas unidades é apresentada através de gráficos onde são destacadas todas as áreas, distribuídas em: EDI, PRIMÁRIO E GINÁSIO. Fala do investimento de R\$ 1,8 bilhão, fora o custeio adicional com a chegada de novos professores. Ratifica que foi um trabalho muito interessante, com o engajamento de muitos técnicos buscando uma solução para o problema.

Sobre as demais áreas, Eduardo explica que pretendem avançar na reorganização, procurando terrenos, e se possível deixar tudo pronto para, quando construir as novas unidades, a transformação em tempo integral possa ser feita. Informa sobre a Lei Municipal em vigor, que fala sobre a exigência de toda Rede Municipal atuar em tempo integral, até 2020. Continuando, o que fizemos foi deixar um planejamento pronto, com terreno definido e de uma maneira sustentável.

**Um olhar sobre a Reorganização da 3ª CRE (Zona Norte/Grande Méier)** - Eduardo faz um parâmetro do quadro de 2013, e como será com a reorganização, citando a 3ª CRE, com 130 unidades distribuídas em EDI's / PRIMÁRIO / GINÁSIO (na média das outras), por cada regional. Uma das diferenças é que neste quadro temos 39 modelos de escolas diferentes, sem considerar projetos extras, e com uma variação muito grande de escolas, que mudava todo ano, por exemplo: aluno que fizesse o 6º ano, mudava de escola no ano seguinte, obrigando as famílias estarem sempre em busca de outras escolas. Ao contrário do projetado para 2016, que tem as mesmas 130 unidades, sendo reorganizadas em: 58 EDI's, 46 Primários e 26 Ginásios, mais as escolas necessárias que seriam construídas para transformar toda a Rede em tempo integral. Assim você terá mais organização, tornando a Rede mais estável, e tranquilizam as famílias sabendo que as matrículas

serão automáticas, ou seja, do EDI ao Ginásio, atendendo o seu bairro, sem variação de professores, enfim, uma outra lógica.

Eduardo continua apresentando mapas com as áreas contempladas pela reorganização, mostrando a sua evolução, de 2014 ao que se deseja até 2016. Faz uma observação sobre a entrega de 98% das escolas organizadas num segmento único, que estavam previstas para serem entregues em Agosto, mas tiveram que mudar o planejamento em virtude da pressão de alguns professores, porque teriam que escolher outras escolas (em alguns casos), então decidimos diminuir a velocidade da organização nesse momento, conversar mais com as famílias, evitando assim que o projeto fosse inviabilizado. Em 2016, será de conversas com as famílias, esperando entregar toda a Rede em 2017.

Eduardo continua apresentando uma série de mapas explicando como foi feita a divisão: primeiro foi colocado todas as barreiras físicas, depois disso foram feitos os primeiros desenhos, e com a participação das CRE's usamos a divisão do IPP nos setores censitários. Fala das discrepâncias entre CRE's, e diz que até pra ter equipe suficiente, acompanhamento mais equânime (que é o nosso foco), foco na equidade na educação, a nossa gestão está sendo revista no sentido de saber quantas micro áreas deveria cada CRE ser responsável por. Então estamos organizando melhor isso na Rede, e a idéia é que possa ser convergente com outras áreas da Prefeitura. Por exemplo: na primeira infância temos uma necessidade de uma integração muito grande entre: saúde, assistência e educação. Então seria muito bom que o responsável pela área fosse um coordenador da CRE, um coordenador da CAPE e um coordenador do CAE. Em seguida, através de um mapa, mostra resultado específico dessa melhoria, a partir da reorganização do aprendizado dos alunos da 1ª CRE, mostra uma área que não era prioritária, mas que ao longo do tempo foi se adaptando em tempo integral, e foi se organizando ao longo do tempo, aumentando o IDEB a cada ano, enfatizando: quando você consegue reorganizar a equipe num foco específico, com professor o dia inteiro, um coordenador pedagógico voltado para aquele aluno, pra aquela faixa etária específica, então a gente consegue melhorar a nossa atenção, nosso serviço, nossas escolas. Crítica o que está acontecendo com o sindicato em São Paulo (mesmo reconhecendo o seu direito de origem), a propaganda que está sendo feita contra uma reorganização que é muito favorável ao aluno, finaliza.

### **Conselheiros:**

João Brasil – (**FAFERJ**) Depois de elogiar o planejamento, o trabalho que está sendo desenvolvido, faz uma colocação em relação ao “ir e vir das crianças”, e a permanência nas escolas. Diz que a falta de alunos em escolas da Maré é muito grande, questiona: o que adianta escolas boas, com tempo integral, se não tem aulas devido à baixa frequência de alunos? Fala que pediu colaboração até de setores internacionais que estão dando voz para a gente se mobilize, pois é um problema do Brasil, e do mundo. Pede ajuda ao Eduardo para que haja uma linha de interlocução com o poder público (Estado), para que juntos (Município) possam criar uma voz que sensibilize a vontade desse setor do Estado na busca de uma solução, pois não se trata apenas de um problema de polícia. **Eduardo** diz: nós seríamos os maiores beneficiários, se os alunos pudessem frequentar as escolas sem problema maior. É claro que não se pode fazer a Educação acontecer, se o aluno não estiver na escola. Então temos o maior interesse que essa situação seja resolvida. Fala da responsabilidade do poder público, mas reconhece que existe um limite do poder público. Dispõe-se a colaborar no que for possível, fala da sua experiência quando visitava as escolas, e os problemas percebidos, mesmo com o exército na favela. Aborda as regras sociais impostas que envolvem esse problema, cita o tráfico, fala de um projeto que havia de colocar uma quadra na praça, e que a

comunidade achou melhor colocar na porta das escolas uma academia de terceira idade na frente das escolas, pois a frequência seria das avós, e que protegeria a entrada das escolas. Conclui: É um problema supercomplexo, que no primeiro momento se pensa logo na força policial, mas que deveríamos buscar outras fórmulas de engajamento, para que a proteção e direito das crianças sejam garantidos, pois a situação é mais profunda, e não é caso só de polícia. O Estado por si só não é suficiente, é ilusório achar que o Estado controla tudo. Conclui dizendo que está a disposição.

Armando Abreu - (**CAU/RJ**) Parabeniza pela atitude, da não imposição pelo Prefeito, pelo diálogo e discussão, isso é muito importante em planejamento. Como principal em planejamento é o *feedback*, a avaliação contínua também o é. Não deixe um plano desse ficar pronto, e colocado na prateleira, tem que trabalhar nele o tempo todo. Esse censo se é em 10 anos, vocês têm que trabalhar pra ser em 5 anos, e no que for, pra vocês terem idéia em cima da realidade que vocês irão trabalhar, finaliza. **Eduardo** agradece, diz que contar com o IPP é muito importante, diz ser fã do Instituto, lamenta o fato da pesquisa domiciliar (ainda com Sergio Guimarães) não ter saído, diz que mesmo assim, com a capacidade técnica que o Instituto tem: a gente tem uma boa *proxy*. Fala do planejamento das escolas, e diz que esse planejamento tem que ser uma coisa viva o tempo todo. Prossegue reafirmando que o primeiro movimento é a organização das escolas, informa que já houve uma série de mudanças no planejamento, na verdade ele é o Norte, mas o tempo todo ajustado. Tem aspectos super legítimos que não tinha sido considerado antes, que temos que ter a sensibilidade de que não podemos ignorar. Às vezes, temos que mudar. É muito necessário: se a gente quer engajar as pessoas, se não queremos mais esse Estado paternalista de decisão... Então temos que ouvir as famílias na Educação dos seus filhos. É verdade que dá mais trabalho, é muito difícil fazer um planejamento que engaja tanta gente, são 1500 escolas, 232 micro áreas, 650 mil alunos. Estamos indo à campo, freqüentamos várias reuniões com os pais, na primeira reunião nunca é fácil, mas no final as pessoas saem querendo saber: onde vão ser os EDI's, Primário? É o máximo que nós conseguimos avançar numa primeira reunião. Ainda mais quando a movimentação contrária vem dos professores, que estão lá todos os dias, não tem como competirmos com isso. Então vamos buscando as pessoas, mostrar que estamos de fato sensível ao problema, estar presente. Temos conseguido avançar.

Marco Antonio (**SENGE**) – Na sua colocação cita o CIEP 1º de Maio, em Santa Cruz, em 2010 teve o conceito de melhor escola do Rio de Janeiro. Achou estranho, e foi até lá para saber o porquê. Ficou surpreso: Como uma escola que dá certo – não depende exclusivamente do Estado? Deu certo porque tinha um time de professores interessados, pais interessados e alunos também. Chegou a conclusão que não depende de recursos públicos, para se ter uma boa escola. **Eduardo** concorda, diz que muito depende do engajamento do servidor, cita o caso da escola na favela do Aço (Hidaia), que conseguiu o IDEB de 8,6, que é maior que em muitos países desenvolvidos, e fica no meio da favela. Ratifica o belo trabalho feito pela diretora (Suely) que teve um papel fundamental nisso, pois as escolas recebem verbas iguais, ou seja, de acordo com o número de alunos. Então, temos pessoas excelentes que fazem um trabalho por si só. O Estado tem que ser visto como o suporte, dando o suporte, para que a potencialidade de cada lugar seja aproveitada, ou seja, não é uma decisão de cima – que vai controlar todo mundo.

Antonio Correia (**SMU**), faz as suas últimas considerações, diz que o convite feito sobre o assunto foi exatamente para entender a logística de um novo regime, e também mostrar uma revolução silenciosa que está ocorrendo. Acredita que ficou claro para os presentes,

diz que é algo que está acontecendo, e as pessoas vão percebendo, e que só vai ter reflexo futuramente. Parabeniza Eduardo, e diz que foi muito positivo, finaliza.

Rio de Janeiro, 09/03/2016  
Esmeralda Farias  
Secretaria Executiva - COMPUR

Obs: Esta palestra contém ilustrações de dados em gráficos, e mapas. Ver em apresentação na página do COMPUR.